

IMAZON Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Padre Carapuzeiro, 752 -
6º andar, Sala 601 Boa Viagem,
Recife (PE) Brasil

T +55 81 3314-8886

Aos Administradores do
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON
Belém – PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do superávit do exercício, do superávit do exercício abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, conforme norma NBC TG 1000 (R-1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e interpretação ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, conforme norma NBC TG 1000 (R-1) e interpretação ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

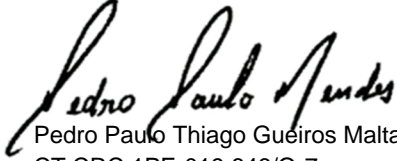
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 28 de março de 2022



Pedro Paulo Thiago Guéiros Malta Mendes
CT CRC 1PE-019.646/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.169	7.339	Fornecedores		24	53
Adiantamentos	5	376	707	Obrigações sociais e trabalhistas		391	407
Valores a receber		252	1	Obrigações tributárias		63	54
Total do ativo circulante		<u>9.797</u>	<u>8.047</u>	Adiantamentos recebidos		101	101
Ativo não circulante				Obrigações com recursos de projetos	7	<u>8.584</u>	<u>7.442</u>
Imobilizado	6	<u>728</u>	<u>628</u>	Total do passivo circulante		<u>9.163</u>	<u>8.057</u>
Total do ativo não circulante		<u>728</u>	<u>628</u>	Passivo não circulante			
Total do ativo				Obrigações com recursos de projetos	6.b	<u>523</u>	<u>419</u>
		<u>10.525</u>	<u>8.675</u>	Total do passivo não circulante		<u>523</u>	<u>419</u>
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	10	<u>839</u>	<u>199</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>839</u>	<u>199</u>
				Total do passivo e do patrimônio líquido			
						<u>10.525</u>	<u>8.675</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Demonstração do superávit do exercício em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas líquidas			
Receitas sem restrições	11	2.660	1.606
Receitas com restrições	11	<u>10.941</u>	<u>14.768</u>
Total de receitas líquidas		<u>13.601</u>	<u>16.374</u>
Custos operacionais			
Custos sem restrições	12	(591)	(458)
Custos com restrições	12	<u>(10.941)</u>	<u>(15.116)</u>
Total de custos		<u>(11.532)</u>	<u>(15.574)</u>
Superávit bruto		<u>2.069</u>	<u>800</u>
Despesas administrativas	13	(1.360)	(645)
Superávit antes do resultado financeiro líquido		<u>709</u>	<u>155</u>
Receitas financeiras	14	8	-
Despesas financeiras	14	<u>(77)</u>	<u>(21)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(69)</u>	<u>(21)</u>
Superávit do exercício		<u><u>640</u></u>	<u><u>136</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Demonstração do superávit do exercício abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Superávit do exercício	640	136
Outros resultados abrangentes do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Superávit do exercício abrangente total	<u><u>640</u></u>	<u><u>136</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	63	-	63
Superávit do exercício	-	136	136
Incorporação do superávit do exercício	136	(136)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	199	-	199
Superávit do exercício	-	640	640
Incorporação do superávit do exercício	640	(640)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	839	-	839

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superavit do exercício	640	136
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	52	53
Custo residual do ativo imobilizado baixado	-	6
	<u>692</u>	<u>195</u>
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Adiantamentos	331	71
Valores a receber	(251)	(1)
Fornecedores	(29)	(10)
Obrigações sociais e trabalhistas	(16)	(97)
Obrigações tributárias	9	(6)
Obrigações com recursos de projetos	1.142	(2.119)
	<u>1.878</u>	<u>(1.967)</u>
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		
	<u>1.878</u>	<u>(1.967)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(48)	(47)
	<u>(48)</u>	<u>(47)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		
	<u>(48)</u>	<u>(47)</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.830</u>	<u>(2.014)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.339	9.353
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>9.169</u>	<u>7.339</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.830</u>	<u>(2.014)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON (“Instituto” ou “Entidade”) é uma associação civil, de direito privado, com fins não econômicos e não lucrativos, criada em 10 de julho de 1990, cuja sede está localizada na Travessa Dom Romualdo de Seixas, 1698, 11º andar, bairro Umarizal, Belém - PA. O Instituto tem como missão institucional promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla dos seus resultados e formação profissional, e tem como principais objetivos:

- Desenvolver estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais da região amazônica;
- Contribuir para a adoção efetiva de usos sustentáveis e qualidade de vida na região amazônica; e
- Promover programas educativos e cursos de capacitação com ênfase no desenvolvimento sustentável regional.

O Instituto é classificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, — conforme Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. O Instituto obteve o certificado de qualificação como OSCIP em 3 de março de 2006, emitido pelo Ministério da Justiça do Brasil, de acordo com a Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, e suas atividades estão no âmbito acadêmico, cultural e científico, com o intuito de promover o envolvimento da sociedade civil brasileira na busca pelo desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade.

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes principais fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas através de contratos de doação e de acordos de cooperação internacional de longo prazo, e (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o atingimento dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e da sua governabilidade.

Os recursos financeiros que o Instituto recebe suportam financeiramente tanto os programas quanto o planejamento estratégico estabelecido pela Administração. As estratégias existentes atendem aos programas em curso, os quais tiveram continuidade em 2020 e terão nos anos seguintes.

Por esse motivo, um superávit ou déficit dos programas não deve ser analisado como sua viabilidade ou inviabilidade econômico-financeira, pois esses programas têm implementação de longo prazo e o planejamento estratégico do Instituto leva em conta os recursos financeiros totais a receber, bem como o momento temporal e forma física como serão gastos os recursos.

Para ampliar suas atividades, o Instituto está adequando sua atuação da seguinte forma:

(i) planejamento estratégico de cada programa no horizonte de longo prazo, sem pautar-se necessariamente em um horizonte de exercícios fiscal e/ou social, e (ii) governabilidade dos programas através de uma programação de atividades voltadas às necessidades dos projetos.

Pandemia da COVID-19

Ao final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou globalmente casos limitados de contaminação por vírus até então desconhecido. Posteriormente, em janeiro de 2020, o vírus (Covid-19) foi identificado e constatou-se a ocorrência de transmissão entre humanos. Em meados de março de 2020, a OMS declarou alerta de pandemia do novo coronavírus, afetando a rotina da população e da atividade econômica global.

A pandemia originou o Decreto Legislativo nº 06, de 20/03/2020, em âmbito federal, reconhecendo calamidade pública nacional. Outros Decretos de teor semelhante foram aprovados nos mais diversos Estados brasileiros, inclusive em Pernambuco, ocasionando diversas medidas de restrição de atividades e isolamento social.

Diante desse cenário, o Instituto adotou diversas medidas para minimizar os impactos trazidos pela pandemia da Covid-19 em suas operações, sendo as principais:

- Implementação de aprimoramentos na gestão do fluxo de caixa, permitindo rápida percepção sobre mudanças, sobretudo decorrentes de inadimplências pontuais, para tomada de medidas corretivas imediatas;
- Investimentos em T.I. para permitir e dar segurança ao teletrabalho (home office), bem como para otimização de processos internos; e
- Adoção de procedimento de acompanhamento periódico dos principais indicadores econômicos e financeiros.

O Instituto também vem atuando de forma prudente, com o objetivo principal de preservar a saúde e a segurança de seus colaboradores. Dentre as medidas adotadas pela Administração, pautadas nas orientações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, estão:

- Fornecimento de máscaras para todos os colaboradores e uso obrigatório nas dependências do Instituto;
- Utilização de regime de teletrabalho (home office) e de número reduzido de colaboradores no escritório que fizeram opção pelo trabalho presencial, reduzindo níveis de aglomerações;
- Aferição de temperatura e oxigenação de todos os colaboradores na entrada do Instituto;
- Realização de reuniões por meio de aplicativos e plataformas de videoconferência para evitar aglomerações;
- Adoção de *dispenser* com álcool em gel em todas as dependências do Instituto.

Nesse momento, não é possível mensurar com precisão a extensão e duração dos efeitos ocasionados pela COVID-19, dada a dinâmica de expansão da pandemia e seu efeito em todas as áreas econômicas. Entretanto, a Administração do Instituto mantém medidas de monitoramento contínuas de suas operações e dos efeitos em suas demonstrações incluindo eventuais perdas em ativos. Para as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração do Instituto não identificou impactos relevantes decorrentes deste assunto.

2 Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) contabilidade para pequenas e médias empresas) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão do Instituto) foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

Após a sua emissão, somente a Administração têm o poder de alterar as demonstrações contábeis. Detalhes sobre as políticas contábeis do Instituto estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação do Instituto. Todos os saldos em milhares de Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

e. Normas, alterações e interpretações existentes que não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Instituto

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas para empresas consideradas de grande porte com vigência a partir de 2020. Aspectos destas normas, quando inclusas no Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas, poderá afetar as demonstrações do Instituto. A Administração oportunamente irá avaliar os efeitos de novas normas tão logo sejam emitidas.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas conforme a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional do Instituto na taxa correspondente à data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando o Instituto tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto classifica seus ativos não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Instituto classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e obrigações com recursos de projetos.

(iii) *Ativos e passivos financeiros derivativos*

O Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

c. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos através dos contratos de parceria destinados exclusivamente para a execução dos projetos. Estes são apresentados separadamente na nota explicativa do ativo imobilizado como “bens com restrições de uso”.

Os bens com restrições de uso são registrados no momento em que há a saída de recursos bancários, em contrapartida do passivo circulante de “Obrigações com recursos de projetos”. Simultaneamente é feito o registro do bem no ativo imobilizado (bens com restrições de uso), em contrapartida do passivo não circulante “Obrigações com recursos de projetos”.

Ao final do projeto, o saldo do imobilizado com restrição de uso é transferido para a conta de imobilizado sem restrição e a conta redutora do passivo é baixada em contrapartida de receitas de doação, visto que os bens são historicamente doados ao Instituto.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo durante o prazo de vida útil do bem.

A depreciação de bens sem restrição é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do ativo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação de bens com restrições (destinados exclusivamente para execução de projetos) é registrada em conta redutora do imobilizado, em contrapartida da conta de “obrigações com recursos de projetos” no passivo não circulante, pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas anuais de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias e instalações	2,5%
Veículos	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de comunicação	10%
Equipamentos de computação	20% a 50%
Móveis e utensílios	20%

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido para o Instituto sobre condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é considerado o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o valor recuperável dos ativos.

e. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Instituto espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

As provisões trabalhistas decorrem da obrigação legal de registrar os direitos dos empregados. Para a provisão de férias, o Instituto calcula 1/12 avos acrescidos de 1/3 terço do salário base do funcionário a cada mês até que este atinja 12 meses consecutivos, quando, então, tem direito ao gozo de férias. No caso do 13º salário, o Instituto calcula 1/12 avos do salário base do funcionário a cada mês de janeiro a dezembro, quando é efetuado o desembolso. Todo empregado tem direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

f. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Instituto tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O Instituto não concede benefícios de longo prazo a empregados e administradores.

g. Recursos de projetos

As obrigações com recursos de projetos são registradas na rubrica “Obrigações com recursos de projetos” quando do recebimento dos recursos dos financiadores em contrapartida da rubrica “caixa e equivalentes de caixa” e baixadas quando da ocorrência e pagamento dos gastos referentes aos respectivos projetos, estes registrados considerando o regime de competência.

h. Reconhecimento de receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa, a crédito de gastos a realizar em “Obrigações com recursos de projetos” no passivo circulante.

Consumo como despesa: Quando ocorrem gastos com projetos, a conta de “Obrigações com recursos de projetos”, no passivo circulante, é debitada em contrapartida do passivo de fornecedores (para posterior liquidação financeira). Simultaneamente é registrado no resultado os custos com restrições em contrapartida das receitas com restrições.

Prestação de serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

Taxa de administração: A receita de taxa de administração é reconhecida no resultado com base nas despesas de administração incorridas, no limite estabelecido pelos contratos dos projetos.

Doações e subvenções recebidas: As subvenções são reconhecidas no resultado como receita ao longo do período e confrontadas com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, desde que exista razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas. O reconhecimento das receitas de doação e subvenção governamental no momento de seu recebimento, portanto, somente é admitido nos casos em que não há base de alocação ao longo dos períodos beneficiados.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Instituto compreendem:

- juros ativos e passivos;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

j. Tributação

O Instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e, por isso, está isento de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

Uma entidade sem fins lucrativos é a que não apresenta superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

O Instituto goza, ainda, de isenção de PIS sobre receitas próprias.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Bancos conta movimento	684	-
Aplicações financeiras (a)	2	2
Total de recursos sem restrições	686	2
Bancos conta movimento	7.559	3.691
Aplicações financeiras (a)	924	3.646
Total de recursos com restrições	8.483	7.337
	9.169	7.339

(a) Os investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas equivalentes a 90% a 100% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), conforme segue:

	2020	2019
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	924	3.646
Poupança	2	2
	926	3.648

Os recursos financeiros vinculados a projetos têm seu uso restrito à aplicação em projetos, conforme disposições contratuais, mas não tem restrições quanto a sua movimentação junto as instituições financeiras.

Os rendimentos financeiros oriundos das aplicações de recursos vinculados a projetos são contabilizados no passivo, juntamente com as entradas de recursos dos projetos. Já os rendimentos provenientes de recursos do Instituto são contabilizados no resultado, como receitas financeiras.

5 Adiantamentos

	2020	2019
Adiantamentos a parceiros (a)	161	443
Adiantamentos de viagens	13	61
Adiantamentos a funcionários	20	23
Adiantamentos a fornecedores	40	38
Outros	142	142
	376	707

(a) Recursos adiantados a terceiros que prestam serviços durante a execução de projetos.

6 Imobilizado

a. Imobilizado sem restrições

	Saldo 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2020
Custo							
Benfeitorias e instalações	146	-	-	146	-	-	146
Máquinas e equipamentos	115	2	(15)	102	10	-	112
Equipamentos de comunicação	121	4	(2)	123	5	-	128
Equipamentos de computação	782	16	(228)	570	18	-	589
Móveis e utensílios	215	25	(12)	228	15	-	243
Total do custo	1.379	47	(257)	1.169	48	-	1.217
Depreciação							
Benfeitorias e instalações	(17)	(4)	-	(21)	(3)	-	(24)
Máquinas e equipamentos	(95)	(8)	13	(90)	(8)	-	(98)
Equipamentos de comunicação	(94)	(10)	2	(103)	(6)	-	(109)
Equipamentos de computação	(743)	(17)	224	(536)	(22)	-	(558)
Móveis e utensílios	(208)	(15)	12	(211)	(13)	-	(224)
Total depreciação	(1.157)	(54)	251	(960)	(52)	-	(1.012)
Imobilizado líquido sem restrições	222	(7)	(6)	209	(4)	-	205

b. Imobilizado com restrição

Custo	Saldo			Saldo			Saldo
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Benfeitorias e instalações	104	-	-	104	-	-	104
Veículos	118	-	-	118	-	-	118
Máquinas e equipamentos	69	45	(6)	108	96	-	204
Equipamentos de comunicação	52	-	(3)	49	5	-	54
Equipamentos de computação	913	100	(105)	908	141	-	1.049
Móveis e utensílios	53	46	(13)	86	13	-	99
Total do custo	1.309	191	(127)	1.373	255	-	1.628
Depreciação							
Benfeitorias e instalações	(12)	(2)	-	(14)	(3)	-	(17)
Veículos	(86)	(10)	-	(96)	(13)	-	(109)
Máquinas e equipamentos	(46)	(10)	4	(52)	(12)	-	(64)
Equipamentos de comunicação	(24)	(5)	2	(27)	(5)	-	(32)
Equipamentos de computação	(717)	(106)	105	(718)	(106)	-	(824)
Móveis e utensílios	(53)	(7)	13	(47)	(12)	-	(59)
Total depreciação	(938)	(140)	124	(954)	(151)	-	(1.105)
Imobilizado líquido com restrição	371	51	(3)	419	104	-	523
Imobilizado total Líquido (a+b)	593	44	(9)	628	100	-	728

Os bens com restrição de uso são registrados nas contas dos respectivos projetos. A contrapartida desses bens é demonstrada no passivo não circulante, na conta Obrigações com recursos de projetos.

O Instituto possui o controle dos bens até a finalização de cada projeto, quando o saldo residual do bem, se doado ao Instituto, é registrado como receita de doação.

A prestação de contas do Instituto com seus financiadores, normalmente, requer que seja comprovada a aquisição e a utilização efetiva dos bens previstos em cada projeto que recebe uma dotação específica.

7 Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo “Obrigações com recursos de projetos”, no passivo circulante.

Os respectivos gastos realizados são registrados no mesmo grupo, sob a rubrica como redutora do passivo. Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade.

Os gastos são segregados por doador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre doadores.

	Notas	2020	2019
Saldo inicial – passivo circulante		7.442	9.561
Recebimentos com restrições		<u>13.080</u>	<u>13.054</u>
		<u>20.522</u>	<u>22.615</u>
Salários, encargos e benefícios dos projetos	12	(4.378)	(5.945)
Consultorias e serviços		(5.062)	(6.063)
Imobilizado		(268)	(176)
Despesas com viagem		(222)	(1.264)
Publicação, disseminação e eventos		(17)	(127)
Despesas com aluguel		(286)	(260)
Utilidades e serviços		(61)	(107)
Impostos e taxas		(44)	(14)
Despesas com comunicação		(382)	(262)
Despesas com materiais		(22)	(71)
Receitas financeiras - Rendimentos aplicação		53	239
Despesas financeiras		(78)	(127)
Despesas com seguros		(16)	(22)
Despesas com manutenção		(1)	(12)
Reembolsos de refeições		(150)	(5)
Outras despesas		1	-
Repasse a subcontratos		<u>(1.005)</u>	<u>(957)</u>
Total de gastos com projetos		<u>(11.938)</u>	<u>(15.173)</u>
Saldo final - passivo circulante		<u>8.584</u>	<u>7.442</u>

8 Contingências

O Instituto está sujeito a contingências perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade como prováveis, possíveis ou remotas, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos nossos assessores jurídicos que patrocinam as causas do Instituto.

Administração do Instituto, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2020 e 2019, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil.

9 Partes relacionadas

O Instituto define como partes relacionadas ao pessoal-chave da Administração. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não há saldos ativos ou passivos com partes relacionadas.

A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

	2020	2019
Total de remuneração do pessoal-chave da Administração	<u>903</u>	<u>841</u>

10 Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é alterado com base na incorporação de superávits ou déficits de cada exercício. Os superávits são incorporados ao patrimônio social por determinação estatutária.

Em caso de dissolução do Instituto, o patrimônio social residual deverá ser integralmente revertido às entidades não governamentais sem fins lucrativos, que tenham obtido a qualificação de OSCIP, nos termos da lei 9.790/99, e cujos objetivos sejam congêneres, cabendo sua indicação à Assembleia Geral, na mesma reunião que decidir pela extinção da Entidade.

11 Receitas líquidas

	2020	2019
Receitas com restrições (i)	10.941	14.768
Taxas de administração de projetos e programas (ii)	1.056	801
Receitas diversas	20	9
Receitas com prestação de serviços	1.712	877
Deduções		
Cofins/ISS	<u>(128)</u>	<u>(81)</u>
Receita líquida	<u>13.601</u>	<u>16.374</u>

(i) Receitas, por financiador

	2020	2019
NORAD (a)	3.370	3.322
Instituto Clima e Sociedade (b)	2.485	3.333
Good Energies Foundation (c)	2.321	1.671
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (d)	1.017	3.420
Climate Works Monitoramento	499	-
Skoll Foundation	490	-
NORAD EDF	382	320
Gordon and Betty Moore Foundation (e)	268	1.680
Instituto Alcoa	252	612
JMG Foundation	190	-
Climate and Use Alliance	-	422
Instituto Ibirapitinga	-	186
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM	-	158
IDH	-	111
Outros	722	334
	11.997	15.569

Total receitas com restrições/doações e taxas de administração

(ii) As taxas de administração possuem as seguintes características:

- **Taxas não previstas** - Nesse caso o doador permite a alocação de determinados gastos sendo esses alocados na rubrica de “Outros custos diretos e indiretos”;
- **Taxas mistas** - São previstas nos contratos e também com especificação de determinados gastos na rubrica de “Outros custos diretos e indiretos”; e
- **Taxas previstas** - Custo administrativo cobrado somente através da taxa de “Overhead”. Dentro dos projetos existe a flexibilidade de utilizar recursos acima do valor previsto nas categorias, em aproximadamente 10%, normalmente aceita pelos financiadores, desde que não ultrapasse o montante orçado do projeto. O cronograma dos projetos difere do exercício fiscal e, dessa forma, podem ocorrer situações em que um ano fiscal englobe dois períodos de financiamento de um mesmo projeto.

(a) NORAD - Norwegian Agency for Development Cooperation

Fornecendo Incentivos para acabar com o Desmatamento: Ambição Global, Finanças Privada e Pública e Cadeias de Suprimento com Desmatamento Zero.

(b) Instituto Clima e Sociedade - ICS

- 1 - Apoiar o fortalecimento institucional do Imazon nas áreas de comunicação, tecnologia de informação, defesa jurídica, capacitação da equipe bem como no apoio as áreas programáticas de monitoramento do desmatamento e conservação.
- 2 - Implementar o projeto “Alertas da Amazônia”.
- 3 - Apoiar a elaboração de uma campanha pública em defesa das “florestas públicas não destinadas na Amazônia Brasileira”
- 4 - Elaboração de estudos estratégicos sobre grilagem de terra na Amazônia para apoiar a campanha à grilagem e para influenciar a tomada de decisão de governos estaduais sobre destinação de terras públicas.

(c) Goor Energies Foundation - GEF

- 1 - A terceira via amazônica;
- 2 - Transparência e Conservação Florestal na Amazônia Brasileira.

(d) BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

1. Apoiar (i) o fortalecimento da gestão ambiental em municípios prioritários para o desenvolvimento de políticas de prevenção e controle do desmatamento do bioma Amazônia, (ii) estudos para realizar o diagnóstico fundiário dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia e (iii) aprimoramento da gestão das Unidades de Conservação estaduais na Calha Norte do Estado do Pará.
2. Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais na Amazônia legal, por meio de:
(i) Implantação de técnicas de restauração florestal, em uma abordagem territorial no leste do Pará; (ii) formação de agentes multiplicadores; (iii) elaboração de fluxo para acompanhamento das áreas em restauração; e (iv) fomento às atividades de restauração da paisagem florestal.

(e) Fundação Gordon e Betty Moore - GBMF

1. Apoiar a implementação do plano de áreas protegidas, de acordo com os objetivos das agências estaduais e federais de áreas protegidas.
2. Conservar 14,1 milhões de hectares do Mosaico Calha Norte, apoiando o desenvolvimento de mecanismos sustentáveis de financiamento e governança e um programa de monitoramento territorial.
3. Aumentar a eficácia da conservação dos compromissos de carne bovina e grãos com desmatamento zero na Amazônia, aumentando a transparência em sua implementação, tornando o conhecimento amplamente disponível na forma de plataformas de dados on-line, publicações ou lições aprendidas e demonstrando a liderança do estado do Pará na implementação de compromissos com carne e grãos.
4. Apoiar a preparação, distribuição e publicação de análises georreferenciadas interdisciplinares para informar a tomada de decisões dos governos e da sociedade civil nos nove países amazônicos e apoiar a consolidação dos territórios indígenas e áreas protegidas no corredor do Xingu, Brasil.
5. Desenvolver e operacionalizar um portal integrado baseado em Áreas Protegidas da Amazônia Brasileira, a ser usado para acessar ameaças e oportunidades e orientar ações apropriadas pelos órgãos federais e estaduais.
6. Apoiar o desenvolvimento e teste a próxima geração de tecnologias de monitoramento de uso e cobertura da terra usando imagens de alta resolução e métodos avançados de aprendizado de máquina.
7. Apoiar uma rede colaborativa pioneira em métodos inovadores de processamento em nuvem e classificação automatizada no Google Earth Engine para produzir 32 anos de uso anual da terra, cobertura da terra e dados de mudanças para a Amazônia brasileira, e treinar a organização para produzir tais dados para outros países amazônicos.
8. Apoiar o desenvolvimento conceitual da Iniciativa Amazônia Terceira Via, uma transformação social e tecnológica disruptiva em direção a um caminho de desenvolvimento sustentável na Amazônia.
9. Informar a tomada de decisões por meio da preparação e disseminação de análises georreferenciadas interdisciplinares sobre a dinâmica socioambiental da região pan-amazônica, incluindo uso / cobertura da terra e dados de mudança para o período 1985-2020 e análises abrangentes de pressões e ameaças.

Projetos em curso:

1 - Iniciativa Terceira Via Amazônica.

2 - Projeto NexGenMap.

3 - Mapeamento e Monitoramento das Mudanças Socioambientais na Região Pan-Amazônica.

12 Custos operacionais

Custo sem restrição	2020	2019
Salários e encargos sociais (i)	(591)	(395)
Serviços prestados por terceiros	<u>-</u>	<u>(63)</u>
Total sem restrição	<u>(591)</u>	<u>(458)</u>

Custo com restrição	2020	2019
Salários e encargos sociais (i)	(4.378)	(5.945)
Serviços prestados por terceiros	<u>(6.563)</u>	<u>(9.171)</u>
Total com restrição	<u>(10.941)</u>	<u>(15.116)</u>

(i) Salários e encargos sociais	<u>Sem restrição</u>		<u>Com restrição</u>	
	2020	2019	2020	2019
Salários	(160)	(209)	(1.712)	(2.506)
INSS	(57)	(46)	(630)	(822)
Vale-alimentação	(86)	(54)	(559)	(709)
Assistência médica	(44)	(32)	(308)	(370)
Férias	(56)	-	(211)	(79)
Gratificações	(18)	(15)	(377)	(501)
FGTS	(15)	(12)	(197)	(249)
13º salário	(18)	(19)	(186)	(403)
Seguro de vida	(8)	(3)	(73)	(79)
Remuneração estágio	(15)	-	(61)	(41)
PIS	(6)	(2)	(25)	(34)
Multa rescisória/Indenização	(95)	-	(8)	(140)
Capacitação/Uniformes	(4)	(2)	-	(3)
Exames e medicamentos	<u>(6)</u>	<u>(1)</u>	<u>(31)</u>	<u>(9)</u>
	<u>(591)</u>	<u>(395)</u>	<u>(4.378)</u>	<u>(5.945)</u>

13 Despesas administrativas

	2020	2019
Viagens	(43)	(87)
Aluguel	(192)	(20)
Impostos e taxas	(16)	(1)
Depreciação e amortização	(52)	(52)
Seguros	(10)	(13)
Comunicação	(343)	(9)
Despesas com consultoria e serviços	(663)	(421)
Outras despesas administrativas	(41)	(42)
	<u>(1.360)</u>	<u>(645)</u>

14 Receitas e despesas financeiras

	2020	2019
Juros sobre aplicações financeiras	<u>8</u>	<u>-</u>
Total das receitas financeiras	<u>8</u>	<u>-</u>
Juros e despesas bancárias	<u>(77)</u>	<u>(21)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(77)</u>	<u>(21)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(69)</u>	<u>(21)</u>

15 Instrumentos financeiros

O Instituto está exposto aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos do Instituto para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pelo Instituto, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e bancos;
- Aplicações financeiras; e
- Fornecedores.

As atividades do Instituto o expõe aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito para o Instituto surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários.

O Instituto aplica recursos apenas em certificados de depósitos bancários administrados por instituições financeiras de primeira linha. O Instituto não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito. Abaixo seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019, pelos valores contábeis.

	2020	2019
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	9.169	7.339
Total de ativos financeiros	9.169	7.339

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros do Instituto é apresentado conforme a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	2020	2019
Fornecedores	24	53
Obrigações com recursos de projetos	8.584	7.442
Total de passivos financeiros	8.608	7.495

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não há inadimplência de pagamento de obrigações pelo Instituto.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Instituto vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados pelos papéis aplicados por meio de certificados de depósitos bancários administrados por instituições financeiras de primeira linha. Conforme comentado na nota explicativa nº 4, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Administração adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em certificados de depósitos bancários indexados ao CDI e poupança com resgate de curto prazo quando permitido pelos doadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

O Instituto não mantém operações relevantes atreladas à variação das taxas de câmbio.

16 Cobertura de seguros

O Instituto possui seguros para salvaguardar os seus ativos de eventuais sinistros, devido à administração entender como necessário em virtude do perfil atual de seus ativos.

As coberturas, em 31 de dezembro de 2020, foram contratadas pelos montantes suficientes para cobrir eventuais perdas com sinistros.

As premissas de riscos adotadas pelo Instituto, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Administração da Entidade

Verônica Oki Igacihalaguti
Diretora Administrativa

Ritaumaria de Jesus Pereira
Diretora Executiva

Gian Carlo Cruz Toppino
Contador CRC/PA 011577/O-0